



DIÁRIO OFICIAL

\\ MUNICÍPIO DE INDIANA \\

Conforme Lei Municipal nº 2.090, de 05 de julho de 2018

Quinta-feira, 08 de agosto de 2019

Ano II | Edição nº 160

Página 1 de 7

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO	2
Atos Oficiais	2
Leis	2
Licitações e Contratos	6
Extrato	6
Aviso de Licitação	7
Concursos Públicos/Processos Seletivos	7
Outros atos	7

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Indiana, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Indiana poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.indiana.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/indiana
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Indiana

CNPJ 49.520.133/0001-88

Rua Capitão Withaker, 407 - Centro

Telefone: (18) 3995-1177

Site: www.indiana.sp.gov.br

Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/indiana

Câmara Municipal de Indiana

CNPJ 00.648.514/0001-58

Avenida Vereador Francisco Gomes, 142 – Centro

Telefone: (18) 3995-1605

Site: www.camaraindiana.sp.gov.br



PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Leis

LEI Nº 2.107 DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre: Estabelece as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2020 e dá outras providências.

CELEIDE APARECIDA FLORIANO, Prefeita do Município de Indiana-SP, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Indiana Aprovou e ela Sanciona e Promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Nos termos da Constituição Federal, art. 165, § 2º, Lei n.º 4.320/64 e Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2020, orienta a elaboração da respectiva lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo Único - As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da administração direta e indireta.

Art. 2º. A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes: Legislativo, Executivo, entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 2000, observando-se os seguintes objetivos estratégicos:

I - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;

II - promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;

III - reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e arrecadação;

IV - assistência à criança e ao adolescente;

V - atendimento a pessoa idosa;

VI - melhoria da infra-estrutura urbana;

Art. 3º. A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de;

- Prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- Modernização na ação governamental;
- Princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária.

CAPÍTULO II

METAS E PRIORIDADES

Art. 4º. As metas-fim da Administração Pública Municipal para o exercício de 2020 especificadas nos Anexos V e VI que integram esta Lei, também estão estabelecidas por programas constantes do Plano Plurianual relativo ao período de 2018/2021.

CAPÍTULO III

DAS METAS FISCAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS

Art. 5º. As metas de resultados fiscais do município para o exercício de 2020 são aquelas apresentadas no demonstrativo de Metas Fiscais, nos termos do Artigo anterior, desdobrados em:

Tabela I – Metas Anuais;

Tabela II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Tabela III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas

Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Tabela IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Tabela VI – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

e

Tabela VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

§ Único. As tabelas I e III, de que trata o “caput” são expressas em valores correntes e constantes, caso ocorra mudanças no cenário macro-econômico do país seus valores poderão ser alterados, conforme Decreto do Executivo.

Art. 6º. Integra esta Lei o anexo denominado Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venha a se concretizar.

CAPÍTULO IV

DAS ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020

Art. 7º. Atendidas as metas prioritizadas para o exercício de 2020, a lei orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, desde que façam parte do Plano Plurianual correspondente ao período de 2018/2021 e nesta Lei.

Art. 8º. A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico-financeiro pactuados em vigência.

§ 2º. Para atender o disposto do art. 45 da LRF 101/00 de 04 de maio de 2000, fica instituído o “Anexo I-Demonstrativo de Obras em Andamento”, que será parte integrante desta Lei, demonstrando as obras que estiverem em andamento, bem como a dotação suficiente para a sua conclusão no próximo orçamento.

Art. 9º. Para fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas anualmente até o valor de R\$ 17.600,00 (dezesete mil seiscentos reais), no caso de aquisição de bens ou prestação de serviços, e de até R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 10. Em atendimento ao disposto no art. 4º, inciso I, alínea “e”, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, os custos dos programas finalísticos financiados pelo orçamento municipal deverão ser apurados mensalmente mediante liquidação da despesa.

§ 1º. As despesas serão apropriadas de acordo com a efetiva destinação dos gastos, baseados em critérios de rateio de custos dos programas.

§ 2º. A avaliação dos resultados far-se-á a partir da apuração dos custos e das informações físicas referentes às metas estabelecidas na LDO.

§ 3º. Para os efeitos deste artigo, considera-se programa finalístico aquele cujo objetivo estratégico é o de proporcionar a incorporação de um bem ou serviço para atendimento direto das demandas da sociedade.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS PARA REPASSES FINANCEIROS A ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Art. 11. Quando da execução de programas de competência do município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que especificamente autorizadas em lei municipal e seja firmado convênio, ajuste ou congênere.

§ 1º - A transferência aludida no caput deste artigo somente poderá ocorrer se atendidas todas as exigências legais e em especial ocorra:



- a) certificação da entidade junto ao respectivo conselho municipal;
- b) o beneficiário deve aplicar, nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total;
- c) manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do governo concedente;
- d) declaração de funcionamento regular, emitida por duas autoridades de outro nível de governo;
- e) vedação para entidades cujos dirigentes sejam também agentes políticos do governo concedente.

Art. 12. É vedada a inclusão de quaisquer recursos do município, na Lei Orçamentária e nos Créditos Adicionais para clubes, associações de servidores, e de dotações a título de subvenções sociais ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas de natureza continuada, sem fins lucrativos, de atendimento ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou que atendam programas de natureza assistencial, formação e capacitação profissional, ou ainda nas áreas de incentivo e educação ambiental.

§ 1º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento das metas e objetivos para os quais receberam recursos.

§ 2º. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, as dotações incluídas na lei orçamentária para a sua execução, dependerão ainda de:

I - Normas a serem observadas para a concessão de auxílios e subvenções, prevendo-se cláusulas de reversão no caso de desvio de finalidade.

II - Identificação do beneficiário e do valor transferido do respectivo convênio.

§ 3º. A entidade beneficiada deverá obrigatoriamente, depositar esse recurso em conta especificamente aberta para esse fim, sob pena de suspensão de repasses no caso de desobediência.

§ 4º. Fica vedada a concessão de ajuda financeira as entidades que não prestarem conta dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pela Comissão de Avaliação e Aprovação que será composta pelo Executivo Municipal através de edição de portaria, nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 5º. Para atendimento ao art. 4º, Inciso I, alínea "f" c.c. art. 26, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal 101/00 de 04 de maio de 2000, fica instituído o "Anexo II – Relação das Entidades do Terceiro Setor", que integrará a presente Lei, constando os nomes das entidades beneficiadas, bem como a fonte dos recursos públicos que serão a elas repassados no exercício.

Art. 13. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoa física sob as mais diversas modalidades, observando-se o disposto no Artigo 26 da LRF 101/00.

Art. 14. As transferências financeiras entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais ficam condicionados às normas constantes das respectivas leis instituidoras, leis específicas ou regras determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, não se aplicando, o disposto no artigo anterior.

Art. 15. Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária do exercício de 2019, o Executivo estabelecerá, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º. Integrarão a programação financeira e o cronograma de desembolso:

I - Transferências financeiras a conceder para outras entidades integrantes do orçamento municipal, inclusive ao regime próprio de previdência;

II - Transferências financeiras à receber de outras entidades integrantes do orçamento municipal, inclusive ao regime próprio de previdência;

III - Eventual estoque de restos a pagar processado de exercícios

anteriores;

IV - Saldo financeiro do exercício anterior.

§ 2º. O cronograma de que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias e de caráter continuado do município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 3º. As transferências financeiras ao Poder Legislativo será realizado de acordo com o cronograma anual de desembolso mensal, respeitando o limite máximo estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal de 1988, introduzido pela Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 16. Os Poderes, Executivo e Legislativo ficarão autorizados, nos termos da Constituição Federal a:

I - Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - Abrir, por decreto, créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - A utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

VI - Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64;

VII - Abrir no curso da execução do orçamento de 2020, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas à fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução.

VIII - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os recursos previstos.

§ 1º - Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

§ 2º - Não onerará o limite previsto no inciso III, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas ao pagamento de pessoal ativos, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes de precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados.

Art. 17. Durante a execução orçamentária de 2020, o Poder Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos Projetos, Atividades ou Operações Especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades estabelecidas para o mesmo exercício. (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 18. A lei orçamentária conterá uma reserva de contingência, de até 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária, destinada a:

I - cobertura de créditos adicionais; e

II - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 19. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvado as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem a 1% (um por cento), da Receita Corrente Líquida atual do exercício nos termos do art. 16 § 3º da L.R.F. 101/00 de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DOS CRITÉRIOS PARA LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 20. Na forma do artigo 13 da Lei Complementar 101, até



30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária, o Executivo estabelecerá, metas bimestrais para a realização das receitas estimadas, inclusive as receitas próprias dos órgãos da Administração Indireta.

§ 1º. Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subseqüentes, o Executivo e o Legislativo determinarão à limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados estabelecidos.

§ 2º. Ao determinarem a limitação de empenho e movimentação financeira, os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 3º. Não se admitirá a limitação de empenho e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação não esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 4º. Não serão objetos de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais.

§ 5º. A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada em relação à meta fixada no Anexo de Metas Fiscais, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 21. A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas de responsabilidade de outras esferas de Governo, desde que firmados os respectivos convênios, termo de acordo, ajuste ou congêneres e haja recursos orçamentários disponíveis.

Art. 23. O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado de forma consolidada, em conformidade com as diretrizes fixadas nesta lei, com o art. 165, §§ 5.º, 6.º, 7.º e 8.º, da Constituição Federal, com a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, assim como à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, portaria interministerial n.º 163, de 4 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e atualizações posteriores.

§ 1º. – A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal; e

II – o orçamento da seguridade social.

§ 2º. - Os orçamentos: fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupos de despesa, e modalidade de aplicação, nos termos da Portaria interministerial n.º 163, de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 24. A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2018 e a remeterá ao Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

§ Único. O Poder Executivo colocará a disposição do Poder Legislativo, no mínimo 30 dias antes do prazo determinado no “caput” deste artigo, sua proposta orçamentária consolidada, os estudos e estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, na forma prevista no art. 12, § 3.º da Lei de responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no art. 169, § 1.º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei específica, desde que

obedecidos os limites previstos nos art. 20, 22, § único, e 71, todos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e cumpridas as exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras; e

II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º. Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - lei específica para as hipóteses prevista no inciso I do “caput”; e

III - observância da legislação vigente no caso do inciso II do “caput”.

IV - observância do Artigo 16 da LRF 101/00 nos casos dos incisos I e II do “caput”.

§ 2º. No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos art. 29 e 29-A da Constituição Federal.

Art. 26. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do Executivo.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 26. Todo projeto de lei enviado pelo Executivo versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município; que não afetará as metas de resultado nominal e primário, bem como as ações de caráter social, especialmente a educação, saúde e assistência social.

Art. 27. O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II - revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;

III - revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;

IV - atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário; e

V - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

Art. 28. Se a lei orçamentária não for promulgada até o último dia do exercício de 2019, fica autorizada à realização das despesas até o limite mensal de um doze avos de cada programa da proposta original remetida ao Legislativo, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ Único. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 29. Para atendimento ao disposto no art. 73, Inciso VI, alínea “b” e Inciso VII da Lei Federal n. 9.504/97, o Poder Executivo fica vedado de praticar eventuais condutas que tendem a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais.



§ Único. Em ano de eleição, as despesas com publicidade realizadas pelo Executivo não poderá exceder a média dos gastos realizados nos três últimos exercícios que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Revogam-se as disposições em contrário.

Indiana (SP), 05 de Agosto de 2.019.

CELEIDE APARECIDA FLORIANO

Prefeita Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

LDO/2020

ANEXO I

RELAÇÃO DAS OBRAS:

(ARTIGO 45 DA LRF 101/00)

1 – CRECHE PRÉ INFÂNCIA C – JARDIM COLINA

SITUAÇÃO ATUAL: 77% EXECUTADA

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: EXERCÍCIO DE 2019

2 – OUTORGA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DO MUNICÍPIO – CONVENIO COM A FEHIDRO

SITUAÇÃO ATUAL: 95% EXECUTADA

PREVISÃO DE CONCLUSÃO: EXERCÍCIO DE 2019

RELAÇÃO DAS OBRAS A INICIAR: 2020

1 – REFORMA E ADEQUAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO URBANO

VALOR ESTIMADO: R\$ 250.000,00

2 – REFORMA E ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO DO CONSELHO TUTELAR

VALOR ESTIMADO: R\$ 30.000,00

3 – REFORMA E ADEQUAÇÃO DO COMPLEXO DE ESPORTES E LAZER

VALOR ESTIMADO: R\$ 800.000,00

4 – PROGRAMA DO CONTROLE DE PERDAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO – CONVÊNIO COM A FEHIDRO

VALOR ESTIMADO: R\$ 65.000,00

5 – REFORMA E ADEQUAÇÃO DA ESCOLA MARIANA MADIA POLETO

VALOR ESTIMADO: R\$ 150.000,00

6 – REFORMA E ADEQUAÇÃO DO EDIFÍCIO MULTI-USO DA RUA CAPITAO WHITAKER

VALOR ESTIMADO: R\$ 50.000,00

7 – RECAPEAMENTO ASFÁLTICO – CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES

VALOR ESTIMADO: R\$ 250.000,00

8 – EXECUÇÃO DOS PASSEIOS PÚBLICOS

VALOR ESTIMADO: R\$ 250.000,00

9 – RECAPEAMENTO NAS VIAS DO BAIRRO SETE COPAS

VALOR ESTIMADO: R\$ 50.000,00

10 – RECAPEAMENTO DE VIAS DO MUNICÍPIO COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO ESTADUAL

VALOR ESTIMADO: R\$ 200.000,00

Indiana (SP), 05 de Agosto de 2.019.

CELEIDE APARECIDA FLORIANO

Prefeita Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

LDO/2020

ANEXO II

RELAÇÃO DAS ENTIDADES DO 3º SETOR:

(ARTIGO 4º, I, “f” c.c ARTIGO 26 DA LRF 101/00)

1 – SANTA CASA DE MISERICÓRDIA PADRE JOAO SCHNEIDER

CNPJ: 52.268.596/0001-09

VALOR ESTIMADO: R\$ 120.000,00

2 – HOSPITAL E MATERNIDADE REGIONAL DE REGENTE FEIJÓ

CNPJ: 07.956.704/0001-81

VALOR ESTIMADO: R\$ 120.000,00

3 – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARTINÓPOLIS (A.P.A.E.)

CNPJ: 48.797.830/0001-44

VALOR ESTIMADO: R\$ 50.400,00

4 – ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE PROTEÇÃO AOS CEGOS DE PRESIDENTE PRUDENTE

CNPJ: 44.862.407/0001-01

VALOR ESTIMADO: R\$ 5.500,00

5 – LAR DOS VELHINHOS DE REGENTE FEIJÓ

CNPJ: 46.431.656/0001-60

VALOR ESTIMADO: R\$ 12.000,00

6 – LEIAS LAR ESPÍRITA ASSISTENCIAL IRMÃ SHEILA DE QUATÁ

CNPJ: 49.125.149/0001-96

VALOR ESTIMADO: R\$ 11.976,00

Indiana (SP), 05 de Agosto de 2.019.

CELEIDE APARECIDA FLORIANO

Prefeita Municipal

LEI Nº 2.108 DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre regulamentação para os carros e motos utilizados para prestarem serviços de propaganda volante que transitam por todo o Município de Indiana.

CELEIDE APARECIDA FLORIANO, Prefeita do Município de Indiana-SP, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Indiana Aprovou e ela Sanciona e Promulga a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Os carros e motos utilizados para prestarem serviços de propaganda volante que transitam por todo o Município de Indiana, deverão obedecer aos seguintes horários para execução de qualquer serviço de propaganda.

I – Segundas às sextas-feiras das 09:00 horas às 20:00 horas;

II – Sábados, domingos E feriados das 10:00 horas às 20:00 horas.

Parágrafo Único: Exceto os anúncios de falecimentos que poderão se estender em horário diferenciado até as 22:00 horas, conforme necessidade.

Artigo 2.º A propaganda volante poderá ser realizada através de veículos adaptados para esta finalidade mediante previa autorização e observadas às condições estabelecidas pela prefeitura limitando aos horários autorizada à pessoa jurídica, ou física legalmente constituída e inscrita no cadastro de atividades do Município de Indiana.

§ 1º - A propaganda volante poderá ser realizada somente por veículo de tração automotiva, observadas as normas de segurança.

§ 2º - Para veiculação de propaganda eleitoral, as empresas se submetem ainda a legislação eleitoral pertinente.

Artigo 3.º - A emissão de sons nas vias públicas deverá ser interrompida a uma distância de 100 (cem) metros de Postos de Saúde, Pronto-atendimento, clínicas, Igrejas, Escolas e Repartições Públicas.

Artigo 4.º - Na infração de qualquer artigo desta Lei, será aplicada multa correspondente ao valor de 10 UFESP, sendo aplicada em dobro em caso de reincidência da infração.

Parágrafo Único: O valor da multa imposta será cobrado do proprietário do carro de som autuado.

Artigo 5.º - A fiscalização da aplicação da presente Lei caberá à Prefeitura Municipal, ou por entidade do município através de convênio.

Artigo 6.º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Indiana (SP), 05 de Agosto de 2.019.

CELEIDE APARECIDA FLORIANO

Prefeita Municipal



Licitações e Contratos

Extrato

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata: 07/2019
Órgão Gerenciador: Município de Indiana
Detentora da Ata: Real Moreira Lubrificantes Eireli-Me
Objeto: Aquisição de peças para manutenção futura dos veículos da linha leve alocados no Departamento de Educação do município de Indiana.
Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08.
Vigência: 12 meses
Assinatura: 26 de Julho de 2019
Autoridade: Celeide Aparecida Floriano

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata: 08/2019
Órgão Gerenciador: Município de Indiana
Detentora da Ata: Real Moreira Lubrificantes Eireli-Me
Objeto: Aquisição de peças para manutenção futura dos veículos da linha leve alocados no Gabinete da Prefeita Municipal.
Lotes: 01.
Vigência: 12 meses
Assinatura: 31 de Julho de 2019
Autoridade: Celeide Aparecida Floriano

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata: 05/2019
Órgão Gerenciador: Município de Indiana
Detentora da Ata: Roberto Fioravante Scalon Epp
Objeto: Aquisição de peças futuras para manutenção dos veículos do tipo Micro - ônibus/Vans alocados no Departamento de Educação municipal de Indiana.
Lotes: 01, 02, 03, 04, 05 e 06.
Vigência: 12 meses
Assinatura: 23 de Julho de 2019
Autoridade: Celeide Aparecida Floriano

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata: 09/2019
Órgão Gerenciador: Município de Indiana
Detentora da Ata: Real Moreira Lubrificantes Eireli-Me
Objeto: Aquisição de peças para manutenção futura dos veículos da linha leve alocados nos serviços de Ruas e Avenidas do município de Indiana.
Lotes: 01 e 02.
Vigência: 12 meses
Assinatura: 02 de Agosto de 2019
Autoridade: Celeide Aparecida Floriano

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata: 06/2019
Órgão Gerenciador: Município de Indiana
Detentora da Ata: Real Moreira Lubrificantes Eireli-Me
Objeto: Aquisição de Peças para manutenção futura dos Veículos da Linha Leve e Vans alocados no Departamento de Saúde do Município de Indiana.
Lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12.
Vigência: 12 meses
Assinatura: 24 de Julho de 2019
Autoridade: Celeide Aparecida Floriano

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO FUTURA DOS VEÍCULOS DA LINHA LEVE ALOCADOS NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE INDIANA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA
CONTRATADO: REAL MOREIRA LUBRIFICANTES EIRELI - ME
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 014/2019
VALOR: R\$ 126.656,45
VIGENCIA: 12 MESES
ASSINATURA: 31 DE JULHO DE 2019
Prefeitura Municipal de Indiana, 07 de Agosto de 2019.
MUNICÍPIO DE INDIANA
CELEIDE APARECIDA FLORIANO
CONTRATANTE

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO FUTURA DO VEÍCULO DA LINHA LEVE ALOCADOS NO GABINETE DO MUNICÍPIO DE INDIANA, ENTREGUES DE FORMA FRACIONADA, DEVENDO SER ENTREGUES DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE INDIANA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA
CONTRATADO: REAL MOREIRA LUBRIFICANTES EIRELI-ME
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 15/2019
VALOR: R\$ 29.280,95
VIGENCIA: 12 MESES
ASSINATURA: 02 DE AGOSTO DE 2019
Prefeitura Municipal de Indiana, 07 de Agosto de 2019.
MUNICÍPIO DE INDIANA
CELEIDE APARECIDA FLORIANO
CONTRATANTE

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS FUTURAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO TIPO MICRO - ÔNIBUS/VANS ALOCADOS NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA
CONTRATADO: ROBERTO FIORAVANTE SCALON EPP
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 012/2019
VALOR: R\$ 322.376,60
VIGENCIA: 12 MESES
ASSINATURA: 23 DE JULHO DE 2019
Prefeitura Municipal de Indiana, 07 de Agosto de 2019.
MUNICÍPIO DE INDIANA
CELEIDE APARECIDA FLORIANO
CONTRATANTE

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO FUTURA DOS VEÍCULOS DA LINHA LEVE ALOCADOS NOS SERVIÇOS DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE INDIANA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA
CONTRATADO: REAL MOREIRA LUBRIFICANTES EIRELI-ME
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 16/2019
VALOR: R\$ 34.902,22
VIGENCIA: 12 MESES
ASSINATURA: 02 DE AGOSTO DE 2019
Prefeitura Municipal de Indiana, 07 de agosto de 2019.
MUNICÍPIO DE INDIANA
CELEIDE APARECIDA FLORIANO
CONTRATANTE

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO FUTURA DOS VEÍCULOS DA LINHA LEVE E VANS ALOCADOS NO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE INDIANA, ENTREGUES DE FORMA FRACIONADA, DEVENDO SER ENTREGUES DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE INDIANA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA
CONTRATADO: REAL MOREIRA LUBRIFICANTES EIRELI-ME
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 013/2019



VALOR: R\$ 266.237,61
 VIGENCIA: 12 MESES
 ASSINATURA: 24 DE JULHO DE 2019
 Prefeitura Municipal de Indiana, 07 de Agosto de 2019.
 MUNICÍPIO DE INDIANA
 CELEIDE APARECIDA FLORIANO
 CONTRATANTE

42085	Rodrigo Santos Barreto da Silva	33.119.663-3
42363	Talita Luciana dos Santos Rocha	42.355.758-0

Publique-se.
 Indiana/SP, 07 de agosto de 2019.

 Maria Lucia Gedolin
 Presidente CMDCA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO. Pelo presente Edital, a Prefeitura Municipal de Indiana, Estado de São Paulo, faz saber que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 019/2019 visando o Registro de Preços para aquisição de peças para manutenção futura dos veículos da linha leve alocados nos serviços de água e esgoto do município de Indiana, o qual encerrar-se-á no dia 21 de Agosto de 2019 às 10:00hs, sendo regido pelas leis nº 8666/93 e 10.520/02. Informações pelo telefone (18) 3995-1177. Celeide Aparecida Floriano – Prefeita Municipal. Indiana 07 de Agosto de 2019.

AVISO DE LICITAÇÃO. Pelo presente Edital, a Prefeitura Municipal de Indiana, Estado de São Paulo, faz saber que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 018/2019 visando o Registro de Preços para a aquisição de peças para manutenção futura dos veículos da linha leve alocados no setor de assistência social do município de Indiana, o qual encerrar-se-á no dia 21 de Agosto de 2019 às 09:00hs, sendo regido pelas leis nº 8666/93 e 10.520/02. Informações pelo telefone (18) 3995-1177. Celeide Aparecida Floriano – Prefeita Municipal. Indiana 07 de Agosto de 2019.

AVISO DE LICITAÇÃO. Pelo presente Edital, a Prefeitura Municipal de Indiana, Estado de São Paulo, faz saber que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 017/2019 visando o Registro de Preços para a aquisição de peças para manutenção futura dos veículos da linha leve alocados no setor rodoviário do município de Indiana, o qual encerrar-se-á no dia 21 de Agosto de 2019 às 08:00hs, sendo regido pelas leis nº 8666/93 e 10.520/02. Informações pelo telefone (18) 3995-1177. Celeide Aparecida Floriano – Prefeita Municipal. Indiana 07 de Agosto de 2019.

Concursos Públicos/Processos Seletivos

Outros atos

EDITAL HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS OBJETIVAS

Nº 11/2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indiana, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 8069 – ECA, na Lei Municipal nº 2018/2015, de 14 de maio de 2015 e suas alterações e na Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, torna público, o edital de homologação das inscrições e convocação para as provas objetivas, referente ao Processo Seletivo das Eleições Unificadas de 2019.

O prazo para interposição de recursos se inicia no dia 08 de agosto de 2019 e se encerra no dia 09 de agosto de 2019, devendo o recorrente protocolizar seu recurso na Sede do CMDCA do Município de Indiana/SP.

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	RG Nº
41416	Fernanda Cristine de Oliveira Viotto	45.509.302-7
38105	Juliana Pereira Brasero da Costa	43.202.135-8
41277	Luciana Aparecida Crescencio Felipe	44.789.775-5
42371	Marcos Augusto Dias	33.289.639-0